

O PERFIL SOCIO ECONÔMICO E CULTURAL DA AGRICULTURA CAMPONESA ATUAL – considerações sobre a bacia hidrográfica do Ribeirão Cafezal/PR

Jerri Augusto da Silva¹
Luciana Evangelista da Silva²

Resumo

O camponês, visando sua reprodução enquanto classe social, constrói um ‘emaranhado de estratégias’ imbuidas de resistência, inovação e superação, tendo por princípio a construção de territórios campesinos. Para entender tais estratégias, cabe a articulação de dados socioeconômicos e culturais visando a compreensão das mudanças em curso na agricultura derivadas da intensificação do processo de modernização da base técnica. Para tanto, escolhemos a bacia hidrográfica do Ribeirão Cafezal para tal estudo. Assim, o objetivo deste trabalho é analisar os camponeses e suas estratégias de produção e reprodução, a partir de um profundo enraizamento territorial. Verificou-se que, apesar do capitalismo em si, as estratégias de reprodução social e de sobrevivência camponesas se traduzem em permanência do modo de vida camponês.

Palavras chave: camponês, cultura, território

Introdução

O modo capitalista de produção, desde sua origem, tem provocado mudanças no sistema produtivo e, conseqüentemente, nas relações sociais. Contraditoriamente, este mesmo sistema produtivo não tem provocado o fim do campesinato, mas sua recriação. Paulino (2012) destaca que é no bojo das contradições capitalistas que se verifica a recriação da classe camponesa.

É exatamente na direção desse movimento de recriação camponesa que podem ser encontradas as mais diversificadas estratégias de resistência, inovação e superação, tendo por princípio a construção de territórios campesinos. O objetivo deste trabalho é analisar os camponeses que ‘teimam’ em permanecer produzindo e se reproduzindo, a partir de um profundo enraizamento territorial, sendo esta sua principal trincheira de luta.

A pesquisa se justifica ao destacar as várias faces da batalha cotidiana pela sobrevivência que as famílias camponesas emolduram, solidificando um ‘emaranhado de estratégias’ que as mesmas utilizam para adequar-se ao sistema econômico/político e territorializarem-se neste cenário – dentre estas, as práticas que constroem seu perfil sócio

¹ Universidade Estadual de Londrina (UEL) – prof_jerrisilva@yahoo.com.br

² Centro Universitário Internacional (UNINTER) – lucianaevan10@gmail.com

econômico e cultural. Para tanto, foi escolhida a **bacia hidrográfica do Ribeirão Cafezal** para tal estudo.

Portanto, a pesquisa encontra-se compartimentada em três momentos, descritos a seguir:

- No momento inicial destaca-se a teoria envolvida objetivando clasificar e definir os camponeses entrevistados;
- O segundo momento é marcado pela apresentação dos resultados socio económicos e culturais da pesquisa atribuídos aos camponeses em questão; e
- Finalizando, pode ser visto que apesar de toda a tecnificação e relações capitalistas envolvidas, o camponês ainda apresenta em sua essência relações e práticas consideradas milenares, distinguindo-os enquanto classe social.

Área de Estudo

Esta área abrange parte dos municípios de Londrina, Cambé e Rolândia, ao norte do Estado do Paraná, com uma área de 20. 847 hectares. Situa-se entre as latitudes 23°16'30" e 23°22'30"S e as longitudes 51°11'40" e 51°23'30"W. A mesma apresenta uma agricultura camponesa que se evidencia, sendo este um dos motivos pela sua escolha para tal análise. A figura 01 apresenta seus aspectos geo físicos:

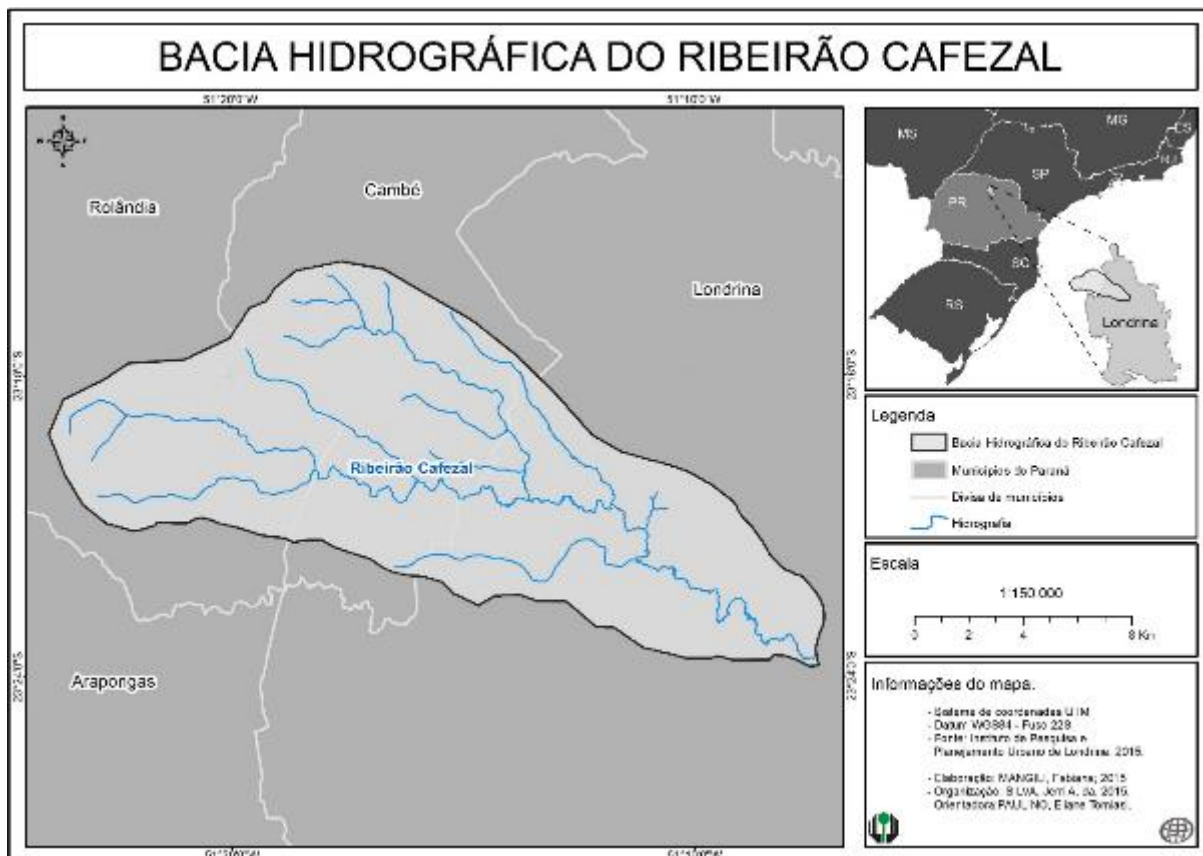


Figura 01 – Aspectos Geofísicos da Bacia Hidrográfica do Ribeirão Cafezal

O potencial agrícola da região destaca a mesma no cenário produtivo, em que a tecnificação corrobora com a possibilidade produtiva ao decorrer das estações climáticas, mediando e interagindo no contexto do ‘emaranhado de estratégias’ desenvolvido pelo camponês. Tal situação solidifica a resiliência e a flexibilidade que permeia o processo de territorialização que marca esta classe social. As frequentes permanências e rupturas poderão ser presenciadas em locais marcados pela tradicionalidade e também naqueles em que a tecnologia alternou e readequou contextos e situações produtivas.

Materiais e Métodos

Este trabalho apresenta os resultados do perfil sócio econômico e cultural de uma amostra de agricultores camponeses, visando relacionar estes dados à suas estratégias de produção e reprodução. Os dados foram coletados através da técnica de entrevista, sendo que:

- 37 famílias camponesas foram entrevistadas na bacia hidrográfica do Ribeirão Cafezal – resultando em uma área coberta total de 1483,9 hectares, perfazendo 7, 11% da área

total da bacia (20. 847 hectares). A área média dentre as 37 propriedades em que ocorreu a aplicação dos formulários é de 40,1 hectares por propriedade.

Para consolidar a análise do perfil familiar, foram coletados dados relacionados a este contexto (número de filhos, idade, escolaridade), ao funcionamento da propriedade (particularidades expondo a relação homem e terra, tratos culturais, relações de trabalho), dados sócio económicos (relativos ao plantio e colheita, comercialização da produção e infra estrutura domiciliar e tecnológica). Também abordou-se as expectativas com relação ao futuro.

Os formulários procuraram elucidar o comportamento camponês, tendo por objetivo destacar o ‘emaranhado de estratégias’ que estes constroem. Já a relação família – terra – trabalho foram destacadas, pois, além de estarem inseridas na potencialidade destes produtores, ainda priorizam a convergência elucidadora da vida camponesa (SANTOS, 2012).

O componente família é permeado pelas potencialidades econômicas, políticas e sociais. O atributo terra é o elo central, pois, o mesmo fundamenta a forma de acesso a este bem nobre ao camponês, a produção de seus próprios meios de subsistência e comercialização do excedente de sua produção e relações (econômica, social, política e ambiental) envolvidas. Com relação a variante trabalho sua importância é preemente, pois, a partir desta relação o camponês constrói suas estratégias de reprodução, em que dignifica-se sua renda, qualidade de vida e manutenção do núcleo familiar (CHAYANOV, 1976).

A partir de Santos (2012), a pesquisa fundamentou-se em três aspectos condicionantes:

- a) o resultado da produção elaborada na terra;
- b) o trabalho acessório envolvido e
- c) os recursos adquiridos provenientes de políticas públicas (PRONAF).

Neste contexto, ocorreu o condicionamento relacionado a utilização da metodologia denominada amostragem não probabilística, em que os participantes escolhidos para as entrevistas não eram conhecidos. Com base no exposto e respaldados por Martins (2002) e Chayanov (1974), os entrevistados foram definidos a partir dos seguintes critérios:

- a) Foram buscados produtores que habitavam a propriedade;
- b) A escolha foi por produtores que viviam apenas com o resultado de seu modo de produção ou desenvolviam, paralelamente, trabalho acessório;
- c) A terra poderia ser própria, alugada, arrendada, invadida ou sob a relação de parceiro ou meeiro;

d) Este camponês teria que desenvolver trabalho em conjunto com sua família. O característico camponês não é patrão, não paga salário (raras vezes o temporário);

e) Aquele determinado produtor que produz seus próprios meios de subsistência e comercializa o excedente de sua produção.

O ponto inicial da pesquisa foi a consulta a técnicos da EMATER e das Prefeituras Municipais dos respectivos municípios dos quais a área de estudo faz parte, visando iniciar o campo com produtores referenciais para o objetivo proposto. É o trabalho de campo que expõe a realidade ao pesquisador (MINAYO, 2007).

Durante as entrevistas os bares e ‘vendas’ das localidades também eram frequentemente consultados: alguns produtores foram entrevistados nestes locais. Também optamos pela indicação de mais camponeses por parte dos próprios entrevistados. Então, pedimos a referência de mais três camponeses que se encaixassem nos critérios retirados de Martins (2002) e Chayanov (1974).

Nos formulários estavam presentes indagações visando desvendar o ‘modus operandi’ do processo de territorialização camponesa, em que a diversidade de estratégias foram abarcadas. Pois, através destas ocorre a sua reprodução enquanto núcleo familiar e classe social. Mas, sendo um processo complexo, nem todos os camponeses tem sucesso em sua reprodução e permanência no campo. Então, as entrevistas também serviram para elucidar os fatores atuais encontrados (econômicos, sociais, ambientais, tecnológicos e políticos) que podem vir a comprometer o campesinato enquanto classe social, produção de seus próprios meios de subsistência e comercialização do excedente de sua produção.

Toda esta dinâmica camponesa - permeada de heterogeneidades - tiveram por parâmetro o conceito de bacia hidrográfica. Pois, neste espaço são desenvolvidos planos e metas direcionados ao manuseio do espaço físico, em que o desenvolvimento socioeconômico merece destaque (BRASIL, 1987).

Na dinâmica presente na agricultura camponesa, a estrutura socioeconômica é peculiar. A família é um bem a ser preservado, que se expressa, de acordo com Chayanov (1976), nas práticas sociais que implicam uma associação entre patrimônio fundiário/terra, trabalho/família e produção/consumo, no interior das unidades produtivas, e que orienta uma lógica de funcionamento específica. Devido a este fato um dos principais critérios para

selecionar os entrevistados foi buscar produtores que habitavam a propriedade, evidenciando um forte elo de ligação/vínculo com o elemento terra.

Resultados e Discussão

Deste modo, salientamos que 67% dos entrevistados nasceram em um dos três municípios que fazem parte da bacia hidrográfica (Rolândia, Cambé ou Londrina). Já 22% destes tem sua origem em outros municípios do Estado do Paraná. Apenas 11% nasceram em outros Estados da Federação. A foto 01 retrata um casal que nasceu na referida área:



Foto 01 – Casal de Camponeses que Nasceu e Habita no Patrimônio Bratislava/Bacia Hidrográfica do Ribeirão Cafezal

Fonte: pesquisa in loco.

Organização: SILVA, J. A.

Com relação a origem destes camponeses, o quadro 01 destaca os referidos municípios e Estados de nascimento:

**ORIGEM/LOCAL DE NASCIMENTO DOS PRODUTORES DA
 BACIA HIDROGRÁFICA DO RIBEIRÃO CAFEZAL**

- Em municípios da própria bacia hidrográfica - 25				
- Em municípios do Estado do Paraná				
Kaloré - 02	São João do Ivaí - 01	Xambrê - 01	Nova Esperança - 01	Loanda - 01
Pitanga - 01	Califórnia - 01			
- Em Estados da Federação				
SP - 01	MG - 01		SC - 01	ES - 01

Quadro 01 – Origem/Local de Nascimento dos Produtores da Bacia Hidrográfica do Ribeirão Cafezal
 Fonte: pesquisa in loco. Organização: SILVA, J. A.

A maior parcela destes camponeses é proveniente da bacia hidrográfica. O restante deriva de outras cidades do Estado e da Federação. Assim, está aí a estrada a que Oliveira (2001) declarou. Os camponeses brasileiros, em maior ou menor proporção irão, um dia, conhecer esta estrada.

Com relação à formação do núcleo familiar, ressalta-se que de um horizonte total de 91 filhos, 51% destes, ou seja, 46 pessoas, são do sexo masculino. A figura 02 expõe a média de idade e de escolaridade dos pais e filhos da área de pesquisa:

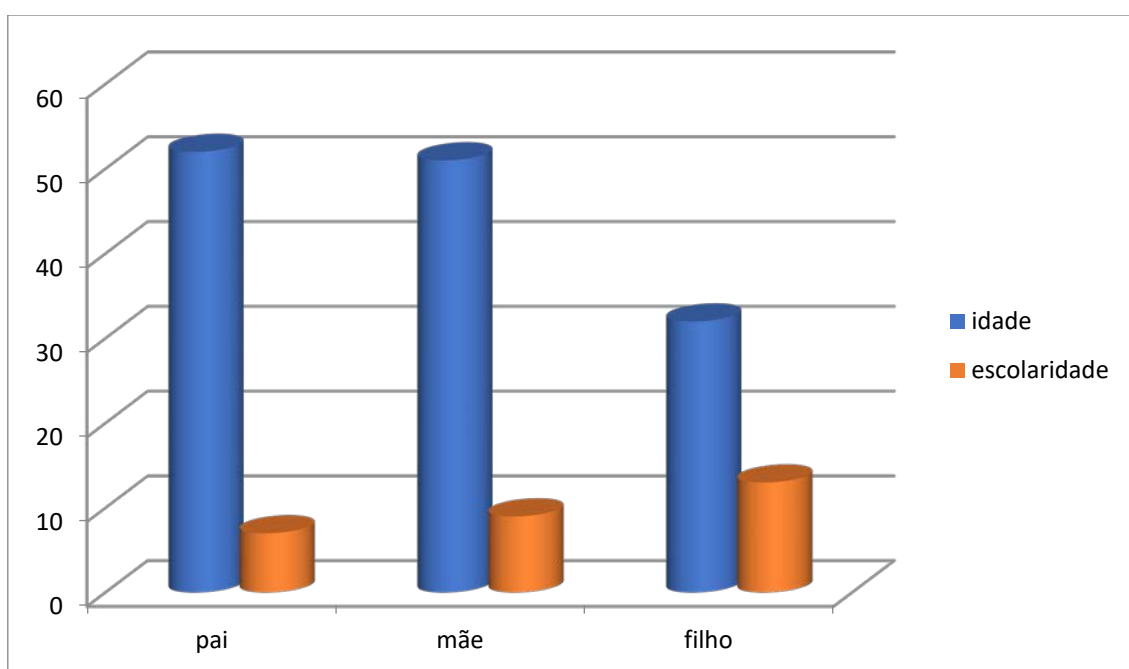


Figura 02 - Relação Entre a Média da Faixa Etária do Pai, da Mãe, do Filho/a e Suas Respectivas Médias de Escolaridade – Bacia Hidrográfica do Ribeirão Cafezal.
 Fonte: Pesquisa in loco. Elaboração SILVA, J. A.

Verificou-se uma relação entre faixa educacional e escolaridade: quanto maior a faixa etária (tanto dos pais quanto dos filhos) menor será o índice de escolaridade destes. Outras observações a respeito do nível de formação educacional dos filhos são relativas a busca por melhores condições de vida e também a situação socio econômica dos pais.

Todos os casais entrevistados possuem filhos, em que quanto mais joven o casal, menor será sua prole. Chayanov (1974) relata tal situação mencionando os ‘braços auxiliares’ para o trabalho nas unidades camponesas.

Há uma relação indissociável entre terra, trabalho e família que molda e forja valores e princípios tão caros no meio camponês. Comungamos com Woortmann (1990), quando o mesmo deixa saliente que o trabalho faz parte da rotina e da forma de interação preconizada pela socialização camponesa. Não obstante, desde cedo as crianças e adolescentes começam a trabalhar/ajudar em tarefas diárias dentro da casa e na propriedade. Woortmann (1990) demarca que o trabalho, a partir deste ponto de vista, conduz a uma referência ética.

De maneira expressiva, as culturas temporárias do trinômio soja/trigo/milho prevalecem em 82% das atividades produtivas desenvolvidas. A cultura da soja é a mais destacada. Este é um dos produtos brasileiros que mais representa o monopólio capitalista, pois, este monopólio está entrelaçado em todas as suas vertentes pelo capital. Deste modo, a circulação internacional deste produto nacional percorre várias fronteiras, em que o Brasil consolida-se como um dos principais produtores e exportadores. A foto 02 expõe uma parcela da área pesquisada, demonstrando a abrangência deste cultivo:



Foto 02: Monocultura da Soja

Fonte: Pesquisa in loco

Elaboração: SILVA, J. A.

O trinômio soja/trigo/milho apresenta duas safras anuais – em que cada cultura apresenta um ciclo médio de 120 dias. No inverno é cultivado o trigo ou o milho denominado safrinha. No período do verão a maior parte das propriedades se direcionam ao cultivo da soja. Praticamente as mesmas máquinas, a mesma estrutura e a mesma mão de obra são utilizadas nos dois períodos. Para Marx (1974, p. 730) o “nível da renda fundiária” aumenta com o crescimento populacional (principalmente urbano). Os camponeses esperam que cresça “o mercado e a procura por produtos da terra, e imediatamente a procura de terra”. Assim a valorização por produtos agrícolas ocorre de maneira satisfatória.

Estas culturas desenvolvem-se em terras próprias e também terras em que os entrevistados realizam uma modalidade chamada de arrendamento (a média geral paga pelo arrendamento gira em torno de 30% do total da produção ou 20/25 sacas de soja por hectare). A esse respeito, Marx (1974, p. 717) comenta que “[...] o monopólio sobre um pedaço do

globo terrestre capacita o intitulado proprietário para cobrar, impor o gravame”. Neste ato de ‘cobrar’ pela utilização:

[...] com as condições em que os produtos agrícolas se desenvolvem como valores (mercadorias) e com as condições em que se realizam esses valores, desenvolve-se o poder do proprietário fundiário de apropriar-se de porção crescente desses valores criados sem interferência dele, e porção crescente da mais valia se transforma em renda fundiária. (MARX, 1974, p. 733)

Mesmo com o proprietário apropriando-se da renda fundiária deste modo, porquê a procura por solos a serem arrendados é constante? É visto que camponeses que apresentam pouca terra disponível e família numerosa geralmente são os que convergem para esta modalidade de produção. Chayanov (1974, p. 108) retrata esta questão demonstrando “que o aumento do volume de atividades avança sempre em proporção ao crescimento da família [...]”.

A agricultura apresenta distintas relações não capitalistas em seu processo produtivo em que, conforme Oliveira (2007, p. 40), “ocorre a sujeição da renda da terra ao capital”. Ao apropriar-se desta, irá transformá-la em “renda capitalizada da terra”. O autor assim define a produção camponesa: “a renda camponesa é apropriada pelo capital monopolista, convertendo-se em capital”. Um parâmetro que resulta de uma negociação desigual: os proprietários se aproveitam da falta de terras disponíveis e cobram pelo uso desta um montante que invalida a atividade produtiva.

Locatel et al. (2012) salientam que esta modernização na qual a agricultura comercial está permeada conduz a uma precarização das condições do homem do campo, em especial aqueles que não detém a propriedade da terra. A partir do contexto, estes autores sustentam que o processo de modernização da agricultura brasileira “[...] apresenta um caráter conservador e parcial. Trata-se de uma modernização conservadora, na medida em que mantém e adensa os históricos problemas agrários; e parcial, uma vez que privilegia determinados seguimentos sociais, lavouras e áreas do território” (LOCATEL et al., 2012, p. 04)

Neste contexto, é exposto como o trinômio soja/trigo/milho (mais precisamente a cultura da soja) incorpora tal situação. Pois, são estas monoculturas que disseminam pelo território pacotes tecnológicos provenientes dos complexos agro industriais. Estas consistem em culturas geradoras de renda que mais promovem a subordinação frente ao grande capital, a concentração fundiária e consequente êxodo rural.

Ploeg (2008) enfatiza a miséria e exclusão social proveniente resultante desta relação. Entretanto, este autor salienta que, face à subordinação e exploração envolvidas, é reafirmado o princípio camponês, que consiste em enfrentamento e superação das dificuldades que tentam bloquear sua sobrevivência frente ao capitalismo. Assim, as ponderações tecidas neste trabalho levam ao entendimento de que a natureza histórica camponesa é fortalecida e (re)ativada frente a realidade atual.

Dentre as estratégias de reprodução social e de sobrevivência que os camponeses utilizam para sua territorialização, a produção familiar é um componente estruturante, tanto aquela destinada à comercialização, quanto a que apresenta caráter de alternatividade, permitindo o consumo combinado com sua comercialização, a depender das condições mais favoráveis a ambas as situações, conforme propõe Gazolla (2009).

Este caráter familiar camponês sobreviveu à denominada Revolução Verde, ao avanço científico e tecnológico e às políticas públicas que, ao longo do tempo, tornaram-se cada vez mais asfixiantes a esta classe social. A resistência que lhe é peculiar baseia-se na resiliência e na capacidade de flexibilidade e interação com outros atores sociais envolvidos no jogo de produção e comercialização capitalista. Apenas este fato já justifica a propensão de olhar a agricultura camponesa sob um prisma teórico de base campesinista. Shanin (2005, p. 5) menciona que não apenas seu “estabelecimento rural”, mas também suas “especificidades, reações e interações com o contexto social mais amplo” devem ser motivos de análise.

Tais parâmetros distintivos, aliados às informações dos formulários, permitiram identificar permanências, rupturas e práticas que permeiam a agricultura camponesa, como evidenciado nesta abordagem. A família camponesa é portadora da sua história e da história de seus lugares de vida, bem como do ‘emaranhado’ de suas estratégias produtivas e territoriais. A inserção camponesa pode ser classificada como discreta, ponderada, mas decisiva, tanto em locais caracterizados pela tradicionalidade quanto naqueles modificados pela incorporação técnica acentuada. Esta resiliência e flexibilidade é marcante não só no patriarca, mas na família camponesa de um modo geral.

Considerações Finais

A maior parte destes camponeses entrevistados tem sua origem na própria área de pesquisa. Estes casais também possuem filhos, sendo estes os ‘braços auxiliares’ no

desenvolvimento de suas atividades produtivas diárias. De acordo com Woortmann (1990), este trabalho, aliado a sua relação com a terra e o núcleo familiar molda e forja valores e princípios dignificantes no meio camponês.

Várias culturas de menor expressão são desenvolvidas. Porém, é o agronegócio pautado na monocultura do trinômio mencionado que evidencia o risco sofrido pela soberania alimentar, pois, ao invés de serem produzidos alimentos da cesta básica, ocorre a substituição por produtos da monocultura. Esta é a territorialização emaranhada pelo agronegócio.

Nesta ciranda financeira, frequentemente a renda camponesa é repassada aos vários setores da sociedade capitalista, sendo o Estado ‘o carrasco’ que articula tal processo. Os principais instrumentos deste contexto são a definição de preços mínimos (ou a ausência destes) e as próprias relações capitalistas, em que o camponês é sempre o elo mais fraco desta corrente.

Mas, apesar deste contexto antagônico, esta classe mostrou-se conservadora com relação a valores e concepções centrados na família, no trabalho, na terra, na religião e na comunidade, em que o grau de imersão/subordinação frente às relações capitalistas promovem, na maioria das vezes, a (re) afirmação deste conservadorismo.

Face ao exposto, verificamos que as estratégias de reprodução social e de sobrevivência camponesas – inserção no mundo tecnológico, integração a grandes empresas, novas territorializações, trabalho acessório, relações solidárias, sobrecarga de trabalho em momentos específicos, alternatividade, auto consumo e sua regulação em momentos de crise - se traduzem em permanência do modo de vida camponês dentro dos padrões modernos de produção na economia capitalista.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Agricultura. **Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas**. Brasília, 1987.

CHAYANOV, Alexander V. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

CHAYANOV, A. V. **Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas (1924)**. (Tradução de Manuel Villaverde Cabral), *Análise Social*, nº 46, 1976. Pp 477 a 502.
Disponível em:

<<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223914353V2aDN7ku4Mf79OI1.pdf>>. Captado em: 12/08/2017.

GAZOLLA, Marcio. O processo de mercantilização do consumo de alimentos na agricultura familiar. In: SCHNEIDER, Sergio (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009. p. 85-106.

LOCATEL, Celso D. (et al). MODERNIZAÇÃO SELETIVA DA AGRICULTURA: O AVANÇO DO AGRONEGÓCIO DA SOJA NO SUL DO MARANHÃO. In: **Anais do XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA)**. Territórios em disputa: Os desafios da Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro. Realizado de 15 a 19 de outubro de 2012. Uberlândia/ MG, 2012. ISSN: 1983-487x

MARTINS, José de S. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre a exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis, RJ : Vozes, 2002. ISBN 85.326.2719-6

MARX, Karl. **O capital** – Crítica da Economia Política. Livro Terceiro – O Processo Global da Produção Capitalista. Vol. VI. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1974. 705 a 1079 pp.

MINAYO, Maria C. de S. Trabalho de Campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: MINAYO, Maria C. de S. (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 25ª edição. Petrópolis, RJ : Vozes, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A Longa Marcha do Campesinato Brasileiro: Movimentos Sociais, Conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, N o . 15 (43), 2001. Arquivo disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9831//>>. Captado em: 20/10/2014.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo : Labur Edições, 2007, 184p.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma Geografia dos camponeses**. 2ª ed. SP : Unesp, 2012.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. **CAMPONESES E IMPÉRIOS ALIMENTARES** – lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2008.

SANTOS, Núbia Dias dos. Pelo espaço do homem camponês : estratégias de reprodução social no sertão dos Estados de Sergipe e Alagoas. Campus de São Cristóvão/Aracajú, 2012. **Tese** (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2012.

SHANIN, Theodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA**. Presidente Prudente. Ano 8, n. 7, pp. 1-21, Jul/Dez. 2005. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/1456-4239-1-PB.PDF>>. Acesso em: 15 ago. 2013.

WOORTMANN, K. “**Com parente não se neguceia**”: o campesinato como ordem moral. Brasília : Ed. UNB – Tempo Brasileiro, 1990. 73 p.